



Edition: Vol. 01 | Nº. 01 | (2025)

Publication: 04/12/2025

DOI: <https://doi.org/10.70579/rfd.v1i1.117>

Guerra Russo-Ucraniana e violação dos direitos humanos com reflexo nas crianças e adolescentes

Russo-Ukrainian War and human rights violations affecting children and adolescents

Guerra ruso-ucraniana y violaciones de derechos humanos que afectan a niños y adolescentes

Rita de Cássia Moura

Must University

Master of Scienci In Legal Studies, Enphasis In International Law

70 SW 10th St, Deerfield Beach, Florida 33441, EUA.

r_cassia87@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo discute a Guerra Russo-Ucraniana sob a perspectiva das violações de direitos humanos, com ênfase nos impactos sobre crianças e adolescentes. A análise decorre de revisão bibliográfica que aborda o contexto histórico das tensões entre Rússia e Ucrânia, o descumprimento de tratados internacionais e o desrespeito às normas do Direito Internacional Humanitário desde a ofensiva militar iniciada em fevereiro de 2022. Embora a disputa entre os dois países não seja recente, os acontecimentos recentes revelam retrocessos significativos na proteção da dignidade humana, especialmente diante da destruição de infraestrutura, deslocamentos massivos e agressões às garantias fundamentais de populações vulneráveis. Destacam-se violações como mortes de civis, mutilações, separação familiar, perdas educacionais e danos psicológicos prolongados. Conclui-se que a guerra representa um grave desafio à ordem jurídica internacional e exige respostas mais eficazes da comunidade global para assegurar proteção, responsabilização e reconstrução humanitária.

Palavras-chave: Guerra Russo-Ucraniana, direitos humanos, dignidade da pessoa humana, direito internacional, crianças e adolescentes.

ABSTRACT

This article discusses the Russo-Ukrainian War from the perspective of human rights violations, with an emphasis on the impacts on children and adolescents. The analysis stems from a literature review that addresses the historical context of tensions between Russia and Ukraine, the non-compliance with international treaties, and the disregard for



Edition: Vol. 01 | Nº. 01 | (2025)

Publication: 04/12/2025

DOI: <https://doi.org/10.70579/rfd.v1i1.117>

the norms of International Humanitarian Law since the military offensive began in February 2022. Although the dispute between the two countries is not recent, recent events reveal significant setbacks in the protection of human dignity, especially in the face of the destruction of infrastructure, mass displacement, and attacks on the fundamental guarantees of vulnerable populations. Violations such as civilian deaths, mutilations, family separation, educational losses, and prolonged psychological damage stand out. It is concluded that the war represents a serious challenge to the international legal order and requires more effective responses from the global community to ensure protection, accountability, and humanitarian reconstruction.

Keywords: Russo-Ukrainian War, human rights, human dignity, international law, children and adolescents.

RESUMEN

Este artículo analiza la guerra ruso-ucraniana desde la perspectiva de las violaciones de derechos humanos, con énfasis en el impacto en la niñez y la adolescencia. El análisis se basa en una revisión bibliográfica que aborda el contexto histórico de las tensiones entre Rusia y Ucrania, el incumplimiento de los tratados internacionales y el desprecio por las normas del Derecho Internacional Humanitario desde el inicio de la ofensiva militar en febrero de 2022. Si bien la disputa entre ambos países no es reciente, los acontecimientos recientes revelan importantes retrocesos en la protección de la dignidad humana, especialmente ante la destrucción de infraestructura, los desplazamientos masivos y los ataques a las garantías fundamentales de las poblaciones vulnerables. Se destacan violaciones como la muerte de civiles, las mutilaciones, la separación familiar, la pérdida de educación y el daño psicológico prolongado. Se concluye que la guerra representa un grave desafío al orden jurídico internacional y requiere respuestas más efectivas de la comunidad internacional para garantizar la protección, la rendición de cuentas y la reconstrucción humanitaria.

Palabras clave: Guerra ruso-ucraniana, derechos humanos, dignidad humana, derecho internacional, niñez y adolescencia.

1 INTRODUÇÃO

A Guerra Russo-Ucraniana constitui um dos mais dramáticos cenários contemporâneos de violação à dignidade humana. O conflito deflagrado oficialmente em fevereiro de 2022 intensificou disputas históricas, ampliou tensões políticas e expôs a fragilidade dos mecanismos internacionais de proteção de civis. A invasão russa ao



Edition: Vol. 01 | Nº. 01 | (2025)

Publication: 04/12/2025

DOI: <https://doi.org/10.70579/rfd.v1i1.117>

território ucraniano desencadeou crises humanitárias profundas, deixando milhões de pessoas sem acesso a serviços básicos, como água, energia, saúde e educação (Filgueira; De Miranda Martins, 2025).

A relevância do tema reside no fato de que os conflitos armados modernos têm provocado reiterações de práticas que se acreditava superadas no pós-Segunda Guerra Mundial, período em que a comunidade internacional buscou consolidar mecanismos de proteção universal. Apesar disso, crimes de guerra, perseguições políticas e violações generalizadas continuam ocorrendo, indicando limites na eficácia dos instrumentos internacionais de responsabilização (Robertson, 2022).

O impacto recai principalmente sobre segmentos vulneráveis, entre os quais crianças e adolescentes. Interrupções escolares, deslocamentos forçados, traumas psicológicos, perdas familiares e danos físicos têm sido amplamente documentados por agências humanitárias (UNICEF, 2023). Diante dessa conjuntura, este estudo tem como objetivo compreender o conflito sob a ótica dos direitos humanos torna-se essencial para avaliar as violações em curso e refletir sobre os desafios contemporâneos da proteção internacional.

2 CONTEXTOS HISTÓRICOS, NORMATIVOS E HUMANITÁRIOS DO CONFLITO

Heródoto afirma que a compreensão do passado é essencial para interpretar o presente e planejar o futuro, pensamento que continua pertinente ao se observar as tensões entre Rússia e Ucrânia. As raízes do conflito remontam ao passado eslavo comum, às disputas territoriais e às diferentes orientações políticas que moldaram a região ao longo da história. A anexação da Crimeia pela Rússia em 2014 intensificou rivalidades e abriu espaço para novos ciclos de violência (Sakwa, 2021).

A escalada recente revela não apenas disputas territoriais, mas também desafios no cumprimento das normas internacionais. Períodos de guerra, regimes autoritários e práticas de supressão de direitos demonstram que violações sistemáticas exigem décadas



Edition: Vol. 01 | Nº. 01 | (2025)

Publication: 04/12/2025

DOI: <https://doi.org/10.70579/rfd.v1i1.117>

de reconstrução institucional para restabelecer a paz e fortalecer o Estado de Direito. Nesse cenário, mecanismos de justiça internacional assumem papel central, buscando responsabilizar agentes violadores e reconstituir vínculos sociais rompidos pelos conflitos (Teitel, 2020).

A atuação de organismos internacionais, como o Tribunal Penal Internacional e o Conselho de Segurança das Nações Unidas, busca estabelecer limites à atuação estatal e punir condutas que atentam contra populações civis. No entanto, a eficácia desses mecanismos enfrenta desafios diante da complexidade das relações geopolíticas (Cassese, 2021).

No caso brasileiro e latino-americano, experiências históricas demonstram que a ausência de justiça efetiva diante de violações sistemáticas gera marcas duradouras nas instituições e fragiliza a consolidação democrática (Pereira, 2021). Essa realidade dialoga com o cenário atual europeu, em que a guerra desafia tratados, compromissos e a própria legitimidade das normas internacionais.

Após a Segunda Guerra Mundial, instrumentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, as Convenções de Genebra e o Estatuto de Roma estabeleceram parâmetros para a proteção da dignidade humana e punição de crimes graves. Entretanto, o conflito russo-ucraniano evidencia o descumprimento reiterado dessas normas, com ataques a civis, destruição de hospitais e escolas, e práticas de violência sistemática (Human Rights Watch, 2023).

Crianças e adolescentes têm sido as vítimas mais vulneráveis. Relatórios recentes demonstram mortes, ferimentos, traumas emocionais, exploração sexual, deslocamentos forçados, adoções ilegais, russificação cultural e interrupção prolongada da educação). A transferência forçada de crianças para territórios sob controle russo, denunciada amplamente por organismos internacionais, constitui grave violação humanitária e pode caracterizar crime de guerra, conforme o Estatuto de Roma (Campos; Santos, 2023).

Mesmo sendo signatários de tratados que asseguram proteção especial à infância, como a Convenção dos Direitos da Criança e seus protocolos, Rússia e Ucrânia enfrentam



Edition: Vol. 01 | Nº. 01 | (2025)

Publication: 04/12/2025

DOI: <https://doi.org/10.70579/rfd.v1i1.117>

difficultades em garantir tais direitos em campo de batalha. A destruição de escolas e a necessidade de aulas subterrâneas ou totalmente remotas evidenciam os efeitos desestruturantes do conflito sobre a formação educacional e cultural das novas gerações (UNICEF, 2023).

A ausência de uma saída pacífica duradoura aumenta a instabilidade regional. Entre os cenários possíveis, destacam-se a manutenção prolongada da guerra, vitórias parciais de um dos lados, negociações mediadas ou escaladas que envolvam armamentos de maior impacto. Todos implicam riscos significativos para civis e exigem mobilização de esforços diplomáticos internacionais (Guriev; Treisman 2022).

A guerra, portanto, transcende a esfera militar. Ela destrói laços sociais, reconfigura identidades e aprofunda vulnerabilidades, especialmente aquelas que atingem crianças e adolescentes.

2.1 VIOLAÇÕES AOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CONFLITO RUSSO-UCRANIANO

No contexto da Guerra Russo-Ucraniana, crianças e adolescentes figuram entre os sujeitos mais vulneráveis às violações de direitos humanos, uma vez que se encontram expostos simultaneamente à violência armada, ao colapso de serviços públicos essenciais e à ruptura dos seus vínculos familiares e comunitários (UNICEF, 2023). A destruição de escolas, hospitais, creches e abrigos tem impacto direto na continuidade da educação, no acesso à saúde e na proteção social, configurando um cenário de múltiplas privações que compromete o desenvolvimento físico, emocional e cognitivo das novas gerações.

O fechamento prolongado de instituições de ensino e a necessidade de improvisar aulas em abrigos subterrâneos ou por meios remotos, em meio a bombardeios recorrentes, intensificam a sensação de insegurança e interferem na formação de projetos de vida de crianças e adolescentes diretamente atingidos pelo conflito (Save the Children, 2023).

Relatórios de organismos internacionais apontam, ainda, para a ocorrência de deslocamentos internos e fluxos de refugiados em larga escala, o que expõe crianças e



Edition: Vol. 01 | Nº. 01 | (2025)

Publication: 04/12/2025

DOI: <https://doi.org/10.70579/rfd.v1i1.117>

adolescentes a riscos adicionais de exploração, tráfico de pessoas, trabalho forçado e violência sexual (OHCHR, 2023).

A perda repentina de parentes, a fragmentação das famílias, a convivência em campos de refugiados e a incerteza quanto ao futuro produzem marcas profundas no psiquismo, associadas a quadros de ansiedade, depressão, distúrbios do sono e outros sintomas ligados ao estresse pós-traumático (Human Rights Watch, 2023). Tais efeitos não se esgotam no tempo imediato da guerra, prolongando-se por anos e, em muitos casos, por toda a vida adulta, o que demonstra a gravidade dos danos causados pelas violações que se perpetram em contexto de hostilidade armada

Um dos aspectos mais sensíveis desse cenário diz respeito às denúncias de transferências forçadas de crianças dos territórios ocupados para áreas sob controle russo, bem como à realização de adoções e processos de “reeducação” cultural que buscam apagar vínculos identitários ucranianos (Human Rights Watch, 2023).

Essas práticas podem ser enquadradas, em tese, como crimes de guerra e crimes contra a humanidade, à luz do Estatuto de Roma e da Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, sobretudo quando há intenção de destruir, no todo ou em parte, determinado grupo nacional ou étnico por meio da separação sistemática de suas crianças (Cassese, 2021). A russificação cultural, materializada em mudanças de currículos escolares, proibição de símbolos nacionais e imposição de uma narrativa oficial sobre o conflito, representa uma forma de violência simbólica que atinge diretamente a construção de identidade e memória histórica dessas crianças (Sakwa, 2021).

É importante ressaltar que tanto a Rússia quanto a Ucrânia são signatárias da Convenção sobre os Direitos da Criança e de seus Protocolos Facultativos, que impõem obrigações específicas de proteção em situações de conflito armado, incluindo a proibição do recrutamento de menores e a adoção de todas as medidas possíveis para protegê-los dos efeitos das hostilidades (Campos; Santos, 2023).

O descumprimento dessas obrigações contrasta com o discurso oficial de defesa de interesses nacionais e evidencia a distância entre a retórica de proteção e a realidade



Edition: Vol. 01 | Nº. 01 | (2025)

Publication: 04/12/2025

DOI: <https://doi.org/10.70579/rfd.v1i1.117>

das práticas verificadas no terreno. A permanência de ataques a áreas residenciais, o uso de armamentos de alto poder destrutivo em zonas urbanas e a precariedade de rotas humanitárias seguras demonstram que a proteção integral de crianças e adolescentes não tem sido assegurada de forma adequada (ONU, 2023).

Nesse cenário, a atuação da comunidade internacional torna-se imprescindível, tanto por meio de ações de assistência humanitária imediata quanto pela construção de mecanismos de responsabilização jurídica em âmbito global. Investigações em curso no Tribunal Penal Internacional, somadas a sanções diplomáticas e econômicas, têm a função de sinalizar que graves violações contra crianças e adolescentes não podem permanecer impunes (Robertson, 2022).

Porém, para além da responsabilização, é necessário pensar em políticas de reconstrução pós-conflito que incluam apoio psicossocial, reinserção escolar, fortalecimento de redes comunitárias e garantia de participação das próprias crianças e adolescentes nos processos de reparação, de modo a preservar sua dignidade e a evitar a repetição de ciclos de violência (Pereira, 2021). A proteção da infância, nesse contexto, não é apenas uma obrigação jurídica internacional, mas um critério de legitimidade ética para qualquer projeto de paz duradoura.

3 METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo, baseada em revisão bibliográfica e documental. Esse tipo de abordagem permite compreender fenômenos complexos e contextualizados, especialmente quando envolvem dimensões históricas, jurídicas e humanitárias, como ocorre na Guerra Russo-Ucraniana (Gil, 2019). A investigação concentrou-se na análise de obras acadêmicas, artigos científicos, relatórios de organismos internacionais e documentos normativos relacionados ao Direito Internacional dos Direitos Humanos e ao Direito Internacional Humanitário.



Edition: Vol. 01 | Nº. 01 | (2025)

Publication: 04/12/2025

DOI: <https://doi.org/10.70579/rfd.v1i1.117>

Foram consultadas fontes recentes e verificáveis, publicadas principalmente entre 2014 e 2024, incluindo relatórios da ONU, UNICEF, OHCHR e organizações independentes que documentam violações em cenários de conflito armado (Human Rights Watch, 2023). Como critérios de inclusão, consideraram-se textos que abordassem o contexto geopolítico da guerra, as violações de direitos humanos e, especialmente, as consequências para crianças e adolescentes. Materiais sem identificação de autoria ou sem respaldo jurídico-humanitário foram excluídos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise realizada permitiu identificar que as violações de direitos humanos no contexto da Guerra Russo-Ucraniana são amplas, recorrentes e afetam diretamente a população civil, sobretudo crianças e adolescentes. Os relatórios consultados evidenciam que, desde o início da ofensiva em 2022, escolas, hospitais, creches e abrigos foram alvos frequentes de ataques, contrariando normas fundamentais do Direito Internacional Humanitário que vedam ações contra infraestruturas civis (ONU, 2023). Essa constatação corrobora diagnósticos apresentados por organizações independentes, que descrevem a destruição sistemática de ambientes essenciais para a sobrevivência e o desenvolvimento da infância (Human Rights Watch, 2023).

Outro resultado relevante refere-se aos impactos psicológicos e sociais ocasionados pelo conflito. A literatura analisada destaca que crianças expostas a bombardeios, deslocamentos forçados e perda de familiares apresentam maior risco de desenvolver sintomas persistentes de ansiedade, depressão e transtorno de estresse pós-traumático (Save the Children, 2023). Esses efeitos são agravados pela interrupção prolongada da rotina escolar, pela precariedade dos abrigos temporários e pela ausência de redes familiares estruturadas, elementos essenciais para o desenvolvimento afetivo e cognitivo. As evidências apontam, portanto, para danos que extrapolam o momento da



Edition: Vol. 01 | Nº. 01 | (2025)

Publication: 04/12/2025

DOI: <https://doi.org/10.70579/rfd.v1i1.117>

guerra e podem perdurar por toda a vida adulta, como já verificado em outros conflitos contemporâneos (Campos; Santos, 2023).

Também se constatou prática reiterada de deslocamentos compulsórios e transferências forçadas de crianças para regiões sob controle russo, denunciadas amplamente em documentos internacionais e apontadas como possíveis crimes de guerra e crimes contra a humanidade, especialmente quando vinculadas a processos de apagamento identitário e russificação cultural (OHCHR, 2023). A retirada de crianças de seus lares e a imposição de novas identidades nacionais constitui violação direta dos princípios estabelecidos pela Convenção sobre os Direitos da Criança, que reconhece o direito de preservação da cultura, da língua e da convivência familiar (Cassese, 2021). Esses achados reforçam a gravidade das denúncias e evidenciam a necessidade de mecanismos internacionais mais efetivos de monitoramento e responsabilização.

Os resultados também indicam fragilidades significativas na atuação dos organismos internacionais. Embora sanções, recomendações e investigações estejam em curso, a capacidade de intervenção tem sido limitada diante das tensões geopolíticas e dos vetos no Conselho de Segurança da ONU, revelando as dificuldades de aplicação dos instrumentos jurídicos previstos na ordem internacional contemporânea (Robertson, 2022). A literatura consultada demonstra que, apesar de avanços institucionais desde o século XX, o sistema internacional ainda enfrenta limitações práticas para garantir proteção imediata às populações vulneráveis em guerras de grande proporção.

A comparação entre as fontes permitiu observar que a guerra reforça padrões históricos de violação de direitos em contextos de instabilidade política. Assim como registrado em períodos anteriores — inclusive em outras regiões do mundo — a ausência de mecanismos eficazes de justiça e reparação favorece a continuidade dos ciclos de violência, impactando gerações inteiras e prejudicando processos futuros de reconstrução social. Desta feita, revela-se assim, que a Guerra Russo-Ucraniana constitui um cenário de graves violações aos direitos humanos, especialmente contra a infância e adolescência,



Edition: Vol. 01 | Nº. 01 | (2025)

Publication: 04/12/2025

DOI: <https://doi.org/10.70579/rfd.v1i1.117>

mobilizando debates urgentes sobre proteção internacional, responsabilização e reconstrução humanitária.

5 CONCLUSÃO

A Guerra Russo-Ucraniana evidencia um cenário de violações graves e persistentes aos direitos humanos, especialmente no que se refere à proteção de crianças e adolescentes. A análise realizada demonstrou que a destruição de infraestruturas civis, os deslocamentos forçados, a ruptura de vínculos familiares e os impactos psicológicos duradouros configuram um quadro humanitário complexo, que exige respostas internacionais urgentes e eficazes. As práticas identificadas mostram não apenas o desrespeito às normas do Direito Internacional Humanitário, mas também a incapacidade dos mecanismos globais de prevenir e conter violações em grande escala.

Os dados levantados permitem concluir que a infância é o grupo mais afetado pelas consequências do conflito, tanto pelas perdas materiais quanto pelos danos emocionais e socioculturais, que tendem a se prolongar muito além do período da guerra. Diante desse cenário, torna-se imprescindível o fortalecimento de políticas de proteção, a ampliação de ações humanitárias e a construção de estratégias de reconstrução que priorizem o bem-estar, a segurança e o futuro das crianças e adolescentes atingidos.

A guerra, portanto, não se limita ao campo militar: ela atinge profundamente a estrutura social, desestabiliza comunidades e compromete gerações. A superação desse quadro depende de esforços coordenados, de iniciativas de reparação e de um compromisso coletivo com a paz, de modo a impedir que violações como as observadas se repitam e continuem a ameaçar a dignidade humana em contextos de conflito armado.

AGRADECIMENTOS

Seção opcional, onde o autor pode agradecer às agências financiadoras, ou outro tipo de agradecimento aplicável.



Edition: Vol. 01 | Nº. 01 | (2025)

Publication: 04/12/2025

DOI: <https://doi.org/10.70579/rfd.v1i1.117>

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Fernando; SANTOS, Catarina. Guerra na Ucrânia: o Direito Fundamental à Saúde e os desafios políticos do Direito Internacional Humanitário. **População e Sociedade**, v. 39, p. 17-25, 2023..

CASSESE, A. **Direito penal internacional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

FILGUEIRA, H. A. D.; DE MIRANDA MARTINS, L. R.. RELAÇÕES ENTRE ESTADOS, SANÇÕES E CRISES HUMANITÁRIAS DURANTE PERÍODOS DE GUERRA: GUERRA DA RÚSSIA X UCRÂNIA. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 5, p. 4484-4503, 2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GURIEV, S.; TREISMAN, D. **Spin dictators: the changing face of tyranny in the 21st century**. Princeton: Princeton University Press, 2022.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Ukraine: war crimes against children**. New York, 2023. Disponível em: <https://www.hrw.org>. Acesso em: 01 dez. 2025.

OHCHR – Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights. **Report on violations of human rights in Ukraine**. Geneva, 2023. Disponível em: <https://www.ohchr.org>. Acesso em: 01 dez. 2025.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Relatórios sobre a situação humanitária na Ucrânia**. Nova York, 2023. Disponível em: <https://www.un.org>. Acesso em: 01 dez. 2025.

PEREIRA, A. C. **Direitos humanos na América Latina contemporânea**. Curitiba: Appris, 2021.

ROBERTSON, G. **Crimes against humanity: the struggle for global justice**. London: Penguin Books, 2022.

SAKWA, Richard. Ilusões tristes: o declínio e a ascensão da Grande Europa. **Journal of Eurasian Studies**, v. 12, n. 1, p. 5-18, 2021.

SAVE THE CHILDREN. **Impact of the conflict on children in Ukraine**. London, 2023. Disponível em: <https://www.savethechildren.net>. Acesso em: 01 dez. 2025.



Edition: Vol. 01 | Nº. 01 | (2025)

Publication: 04/12/2025

DOI: <https://doi.org/10.70579/rfd.v1i1.117>

TEITEL, R. *Transitional justice*. Oxford: Oxford University Press, 2020.

UNICEF. *War in Ukraine: children under attack*. New York, 2023. Disponível em:
<https://www.unicef.org>. Acesso em: 01 dez. 2025